

De Volta pra Casa

"Antes de vos pertencer, pertenço ao meu país"

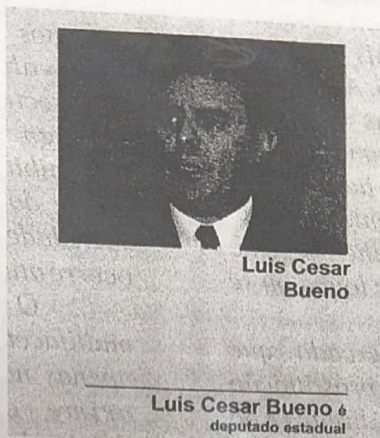
(Pierre Corneille)

No ano passado, a comissão mista do Congresso Nacional que investiga o tráfico internacional de seres humanos constatou que Goiás, junto com Minas Gerais, lidera a lista dos Estados com emigrantes clandestinos no exterior. A comissão parlamentar comprovou a presença de goianos nas celas frias dos presídios da Europa e dos Estados Unidos, em processo de extradição. E também milhares de jovens e adultos trabalhando em condições humilhantes, submetidos a todo o tipo de preconceito, até mesmo em regime de escravidão, fatos diversas vezes notificados pela imprensa europeia.

Segundo a ONU, o tráfico de seres humanos é a terceira atividade ilegal mais rentável do mundo, seguido pelo tráfico de armamentos e de drogas. Anualmente, quase dois mil brasileiros, sendo centenas do nosso Estado, entre homens, mulheres e crianças, são recrutados com promessas enganosas que garantem emprego, bom salário e vida de primeiro mundo, mas escondem as verdadeiras finalidades: exploração sexual, venda de órgãos, escravidão ou adoções ilegais por intermédio de redes internacionais.

A maioria das vítimas (92% dos casos) são

mulheres solteiras com idade entre 18 e 30 anos e de baixa escolaridade, mas não são raras as meninas menores



Enfrentar o tráfico de seres humanos exige compreensão sobre a complexidade da causa e o comprometimento da sociedade civil

de 18 anos que saem principalmente das cidades goianas com maiores índices de pobreza rumo a países como Itália, Espanha, Portugal, Paraguai, Suriname, Venezuela e República Dominicana. Elas saem de Goiás, devidamente documentadas, com passagens aéreas pagas pelo "empregador", para trabalhar como dançarinas, baby-sitters, camareiras; algumas vão mesmo com intuito de prostituição, mas que, na maioria das vezes, não atuaram como profissionais do sexo no Brasil e nem imaginam a escravidão sexual a que serão submetidas. Por diversas vezes, fomos procurados por prefeitos, vereadores e familiares para conseguir o retorno dessas pessoas para casa. Até mesmo para realizar o traslado do cadáver vítima de

assassinato ou suicídio.

Dados da ONU e da CPI do Congresso documentam que as mulheres brasileiras chegam ao destino devendo ao "empregador" as passagens, a hospedagem, a alimentação e o vestuário, além de ficarem, quase sempre, sem documentos pessoais, que são confiscados pelo traficante para impedir uma possível fuga. Sem falar a língua do lugar e sem dinheiro, são mantidas em um contexto hostil, semi-encarceradas. Em muitos casos, são obrigadas a usar álcool e drogas e a fazer inúmeros programas sexuais por noite, sob vigia, proibidas de frequentar lugares onde existam brasileiros, sob pena de multa e expostas às diversas formas de violência e perversão, correndo risco, inclusive, de serem mortas por queima de arquivo.

Além do drama em que vivem estas mulheres, alijadas de quaisquer direito em país desconhecido, há o drama de seus familiares. Mais de 70% deixam filhos e filhas com parentes, vizinhos, amigos ou mesmo sós. Partem para o exterior em busca de superar a exclusão social e econômica, pensando que assim lhes garantirão a alimentação, a educação, a moradia e a saúde. O aliciamento é feito, na maior parte das vezes, por homens, mas há um expressivo número de mulheres envolvidas neste crime.

Uma pesquisa realizada pela Universidade de